



**PROCESSO N.º : 194.449-5/2024**  
**PRINCIPAL : MATO GROSSO PREVIDÊNCIA**  
**ASSUNTO : APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA**  
**INTERESSADO : ADÃO CARVALHO DA SILVA**  
**RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre o pedido de registro dos atos e legalidade da planilha de proventos integrais, com proventos calculados com base na última remuneração, que se refere à concessão da **aposentadoria voluntária por tempo de contribuição** ao **Sr. ADÃO CARVALHO DA SILVA**, portador do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n.º 103.015.261-68, servidor estabilizado constitucionalmente no cargo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado, Classe “C”, Nível “11”, lotado na Secretaria de Estado de Educação, no Município de Cuiabá/MT, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional n.º 47/2005 e art. 140, parágrafo único, da Constituição Estadual, c/c o art. 220 da Lei Complementar n.º 4/1990, mais as disposições da Lei Complementar n.º 50/1998, e suas alterações.

A Autarquia de Previdência Social de Mato Grosso (**MTPREV**), fundamentado no Parecer Jurídico n.º **3025/2014/SUPREV/SAD**<sup>1</sup>, posicionou-se pelo deferimento da aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais, de modo que foi editado o **Ato n.º 22.359/2014**<sup>2</sup>, retificado em parte pelo **Ato n.º 572/2025**<sup>3</sup>.

Após a instrução dos autos, a 4ª Secretaria de Controle Externo, por meio do Relatório Técnico Preliminar<sup>4</sup>, concluiu pela legalidade do ato e da planilha de proventos, diante do atendimento dos requisitos da Resolução Normativa n.º 16/2022.

O Ministério Público de Contas, por intermédio do **Parecer n.º 439/2025**<sup>5</sup>, subscrito pelo Procurador de Contas **Getúlio Velasco Moreira Filho**, em

<sup>1</sup> Doc. 555684/2024 - p.22-24.

<sup>2</sup> Doc. 555684/2024 - p.6.

<sup>3</sup> Doc. 585777/2025 - p.6.

<sup>4</sup> Doc. 571229/2025.

<sup>5</sup> Doc. 572729/2025.





consonância com a Unidade Técnica, opinou pelo registro do **Ato n.º 22.359/2014**, e pela legalidade da planilha de proventos.

Ao se manifestar, o Conselheiro Relator<sup>6</sup>, detectou inconsistência na forma de ingresso do servidor no serviço público e determinou a intimação do Diretor para que retifique a nomenclatura constante do ato concessório, substituindo “servidor nomeado efetivo” por “servidor estabilizado constitucionalmente”.

Devidamente intimado<sup>7</sup>, o Diretor Executivo da Autarquia encaminhou a publicação do Ato n.º 572/2025, que retificou em parte o Ato n.º 22.359/2014, para sanar a irregularidade<sup>8</sup>.

Após a instrução dos autos, a 4ª Secretaria de Controle Externo, por meio do Relatório Técnico de Defesa<sup>9</sup>, acolheu as medidas saneadoras apresentadas pelo Diretor Executivo. Ao final, manifestou-se pelo registro do **Ato n.º 22.359/2014**, retificado em parte pelo **Ato n.º 572/2025**, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais.

Em sequência, o Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer n.º **1.607/2025**<sup>10</sup>, subscrito pelo Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, manifestou-se pela retificação do Parecer n.º 439/2025 e, em consonância com a Unidade Técnica, opinou pelo registro do Ato n.º 22.359/2014, retificado em parte pelo Ato n.º 572/2025, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais.

### **É o relatório.**

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 29 de maio de 2025.

*(assinatura digital)* <sup>11</sup>

**Conselheiro GUILHERME ANTONIO MALUF**  
Relator

<sup>6</sup> Doc. 580961/2025.

<sup>7</sup> Doc. 582134/2025.

<sup>8</sup> Doc. 585777/2025.

<sup>9</sup> Doc. 606867/2025.

<sup>10</sup> Doc. 607873/2025.

<sup>11</sup> Doc. firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

